



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## DIVA NOLF: A LUTA FEMININA PELO VOTO NOS ANOS 1920<sup>1</sup>

Lenina Vernucci da Silva

FACERES/São José do Rio Preto

[Leninavernucci@hotmail.com](mailto:Leninavernucci@hotmail.com)

Esse trabalho, ainda em andamento, pretende investigar como uma paulista – Cecília Maria Diva Nolf Nazário Ventura – tentou seu alistamento eleitoral em junho de 1922 na busca pela cidadania, desafiando o modelo patriarcal e oligárquico da jovem república brasileira. A paulista nascida em Batatais registrou essa ousada tentativa em um livro publicado em 1923, retratando também outros casos sobre o sufrágio feminino.

O trabalho visa compreender não somente essas situações, mas reconstruir a mentalidade da época, os discursos sobre a mulher e a vida pública, e ainda como o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, do qual Diva fazia parte (como estudante de direito), esteve envolvido, visto ser o centro acadêmico mais antigo do país.

Para a realização da pesquisa, abordamos três textos: a obra de Diva, publicada em 1923, com um título revolucionário para a época *Voto feminino e feminismo*, um periódico da época, a *Gazeta de Batataes*, e a revista *A cigarra*, além de ter sido realizada uma vasta pesquisa sobre o período republicano no Brasil. O trabalho, portanto teve como técnica de pesquisa jornais e análise em fontes primárias.

O livro da militante Diva Nolf já traz uma análise complexa da época, pois além dos fatos de sua vida, anexa recortes de outros jornais que acompanharam sua militância. É a referência principal da pesquisa, visto que tudo indica que auxiliou na construção do imaginário da época por ter publicado o intenso debate dos congressistas sobre as questões principais para votação da primeira constituição republicana de 1891, entre elas, o sufrágio feminino. A autora expõe os argumentos contra e a favor dos

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa contou com o apoio do Memorial dos Caiapós e o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luis em Batatais, onde foi possível realizar a pesquisa em jornal e ter contato com a história de Diva Nolf, escrita por historiadores locais, além de ter sido encontrado um exemplar no Memorial a obra de Nazário original, escrita em 1923, com uma dedicatória à sua cidade natal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

deputados, bem como seus nomes. Ela ainda enfatiza que dialogou com alguns deles e reproduz nesse livro algumas cartas que foram trocadas com eles.

O jornal de *Gazete de Batataes* foi escolhido por dois motivos: por ser publicado na cidade de origem da autora e por ser imensamente citado no decorrer de seu livro. Embora de circulação regional, a gazeta parece – segundo o livro da feminista, visto que ainda não foi inteiramente pesquisado – acompanhar entusiasticamente os debates do período, além de promover e divulgar as ideias fervorosas da jovem república. Ao que tudo indica as cidades do interior dos estados em grande expansão, como é o caso do estado de São Paulo, lutavam constantemente para mostrar que suas cidades eram também modernas (DISCINI, 2004).

Já a revista *A Cigarra* foi escolhida para análise por representar significativamente o período, afinal contava em suas em suas publicações com os modernistas Oswald de Andrade, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, entre outros cronistas, ensaístas, além de trazer publicação de cartas de leitores, em sua maioria mulheres. Embora não fosse uma revista voltada exclusivamente para esse público, tinha nele seu foco maior (as capas e as propagandas demonstram isso: quase todas apresentam mulheres, geralmente moças requintadas e bem vestidas). Esta revista é também constantemente citada no livro de Diva.

A pesquisa contou ainda, naturalmente, com uma ampla revisão bibliográfica sobre gênero e feminismo, como também de livros na área de história para auxiliar a construção da República brasileira. Autoras como Scott, Butler, Beauvoir, Hirata, Pateman, entre outras, compõem o quadro referencial de gênero e política. Foram utilizadas monografias, teses e livros que trabalharam com a temática do uso de jornais e revistas como fonte de pesquisa, além de produções acadêmicas voltadas para o público feminino, mulheres leitoras do início do século XX. Trabalhos específicos sobre a autora, Regina Diva Nolf Nazário, foram difíceis de encontrar. A principal referência é um artigo de Mônica Karawejczyk cuja tese de doutorado iniciada em 2009 não foi encontrada disponível, por isso as informações sobre Diva são centradas em seu próprio livro e nos comentários da edição de 2009<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Essa edição foi lançada pela Imprensa Oficial em 18 de setembro de 2009 na faculdade São Francisco (onde a autora estudou nos anos 20), com a apresentação feita pela professora de direito da USP Monica Herman Caggiano; Talita Nascimento, terceira mulher eleita presidente do Centro Acadêmico XI de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Os limites da pesquisa definem o período de 1922 a 1932 por acompanhar a trajetória da autora de *Voto feminino e feminismo* até a conquista do Código Eleitoral Provisório em 1932<sup>3</sup>.

### **República: governo de todos?**

A virada do século XIX é a era da *sciencia*, é o triunfo da modernidade, da evolução humana (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Esse período conhecido como *Belle Époque* trazia a tecnologia como fonte de inspiração e não dava sinais de um tempo ruim.

Vitória da “*sciencia*”, e derrota do obscurantismo. Desaparecem as nuvens, e quem lidera a cena, para sempre, é o progresso e a civilização com seus símbolos diletos: a pilha, a locomotiva, o telégrafo, o navio a vapor, a luz elétrica (COSTA, SCHWARCZ, 2000, p. 9)

No Brasil, essa virada de século coincidiu com duas vitórias importantes para a população: a Libertação dos Escravos (1888) e a Proclamação da República (1889). Mas o que representava de fato essa vitória para a maioria da população? Para as mulheres, por exemplo? Qual foi sua inclusão nas decisões republicanas? Qual sua participação efetiva? São estas perguntas que esse trabalho busca compreender.

As lutas e as conquistas das mulheres são históricas e deve-se localizar esse contexto político, social e cultural principalmente no período da Primeira República, quando ficou clara a exclusão das mulheres da participação pública. A república escancarou as diferenças, ao trazer um discurso de igualdade para todos, uma prática de igualdade para poucos (a não participação coube tanto às questões de gênero como de classe e raça) (KARAWAJCZYK, 2009).

---

aAgosto (também fortemente citado pela Diva em seu livro); a conclusão é feita pelo prof<sup>o</sup> Augusto Buonicore, da Unicamp, traçando um panorama na história das lutas feitas pelas mulheres pelo direito ao voto no Brasil.

<sup>3</sup> Segundo Besse (1999) foi graças a pressão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que as mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto, mediante um decreto assinado em 24 de fevereiro de 1932. Em maio Bertha Lutz foi designada a preparar a minuta da Constituição.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Foi uma fase extremamente rica de acontecimentos locais e nacionais; era uma fase de efervescência política, de renovação cultural e de valores, numa cidade [São Paulo] que começava a ser sacudida pelo arranque da urbanização e da industrialização, e que fisicamente também se modificava (QUEIROZ, 1983, p. 37)

A riqueza da época abalou todas as estruturas: os movimentos culturais – como a semana da Arte Moderna e a reforma no ensino público – a política, com campanhas pelo voto secreto, pelo voto feminino, pelo reconhecimento dos sindicatos, por uma nova estrutura (QUEIROZ, 1985).<sup>4</sup>

Nessa época, as mulheres sofriam o duro golpe da imprensa e do machismo dominante: foi o período em que a classe dominante buscou reforçar o papel de mulher (enquanto esposa devota), dona de casa e mãe. A imprensa – projeto iluminista de modernidade – teve um papel central nesses e noutros discursos (CARVALHO, 1995; KARAWAJCZYK, 2009). Foi uma fase de grandes publicações de revistas e jornais voltados para o público feminino: *A Cigarra*, *A Revista Feminina*, entre outras, dedicavam páginas e páginas à beleza, ao comportamento e à posição da mulher na sociedade. “Enquanto a imprensa utilizava suas imagens para vender produtos, elas se utilizavam da imprensa para dar vazão às frustrações, para expressar opiniões e reivindicações e para comunicar-se umas com as outras” (BESSE, p. 2).

As revistas voltadas para as mulheres nesse período tinham como eixos o vestir, o morar e o sentir (moda, casa e coração), assuntos considerados importantes para a cultura feminina, mostrando o que era importante para a mulher desse período (TABOADA, NERY, MARINHO, 2004). Segundo HELLER (2001) as mulheres tinham um hábito de leitura maior do que aparentava, pois os números de algumas revistas (como *Revista Feminina*) cresciam a cada ano, mostrando que as mulheres eram sim instruídas, mesmo que isso não significasse algo revolucionário (considerando que as leituras se resumiam ao básico). Os dados estatísticos coletados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (período de 1890 a 1920), indicavam que apenas 20% das mulheres sabiam ler, realidade que começa a mudar com a República e as

---

<sup>4</sup> Essa época é denominada, segundo Campos (2004) de *Belle Époque* tardia, período que ficou conhecido pela era da ciência e da modernização. No Brasil, esse período mostrava um progresso necessário para provar que o país não ficava para trás em relação aos países europeus.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

campanhas de alfabetização em massa. Segundo Heller (2001) as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades

principalmente as de camadas sociais mais favorecidas, deveriam ser suficientemente alfabetizadas para que pudessem ler o livro de rezas, ensinarem as primeiras letras e operações matemáticas aos seus filhos, como ensinava a cartilha positivista, adotada pelos republicanos brasileiros (p. 2).

Essas imagens refletem o caráter contraditório da jovem república: a inclusão das mulheres passava por uma exclusão pública. Confinadas em suas casas, restava às mulheres cumprirem com os “papéis que a natureza lhes reservou”: esposa devota e mãe cuidadosa (CAMPOS, 2004). O espaço público é o espaço das decisões políticas, portanto dos homens, preparados para liderar a nação por sua inteligência e bravura, por serem “capazes de defender a pátria”, como disse o juiz a Diva em 1923 (NAZÁRIO, 2009).

Durante as décadas de 1920 e 1930, em busca de esteios para a ordem, a racionalidade, a “evolução” e o “progresso”, a comunidade profissional e intelectual urbana do Brasil lutava por “regenerar” a família e elevá-la (com as mulheres em seu centro) como a instituição social primordial e essencial, capaz de promover a modernização econômica preservando a ordem social (p. 3).

Essa idéia, no entanto, não foi vista com brandura pelas mulheres, que exigiam a participação cidadã, queriam ir às universidades, queriam trabalhar fora de casa, enfim, lutavam por sua inclusão social, econômica e, principalmente política. A Constituição não citava as mulheres – nem como participantes, nem como excluídas – e essa brecha foi usada por elas de forma intensa. É fundado, em 1910 o Partido Republicano Feminino, que chegou a reunir em 1917 cem mulheres numa passeata no Rio de Janeiro (NAZÁRIO, 2009).

Diva Nolf esteve entre elas. A paulista foi “uma garota do barulho”<sup>5</sup>. A estudante de direito do Largo de São Francisco tentou seu alistamento eleitoral em 1922, mas sua tentativa não ficou restrita ao cartório e à peregrinação em vários órgãos públicos. Embora o parecer do juiz tenha sido desfavorável, ela conseguiu ser ouvida em diversos jornais, que publicaram suas cartas, seus debates, sua luta.

---

<sup>5</sup> Observação do professor Augusto Bounicore, responsável pelo texto final da edição de 2009 do livro de Diva Nolf.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## As desventuras de Diva Nolf Nazário

O livro da ousada estudante de direito é dividido em três partes: *casos directos*; *casos indirectos* e *imprensa*. Essa divisão mostra respectivamente, sua tentativa de alistamento eleitoral, as cartas e debates do congresso e os artigos relacionados ao sufrágio feminino.

Regina Cecília Maria Diva Nolf Nazário nasceu no município de Batatais, no interior do estado de São Paulo, em 22 de novembro de 1897. Com dez anos de idade empreendeu uma viagem para a Bélgica em companhia de seus pais, onde permaneceu até 1917. Em sua volta ao Brasil, decide cursar direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (KARAWEJCZYK, 2009)

Decide lutar pelo seu alistamento ao estudar a Constituição Brasileira e não verificar nela, de forma explícita, a não-inclusão do voto feminino (artigo 70). A Faculdade de Direito era famosa pelas lutas do Centro Acadêmico XI de Agosto (tema que ainda não foi aprofundado nessa pesquisa), mas foram também os professores que teve ao longo do curso que inspiraram sua luta. AMPLIAR

A princípio, Diva contou com o auxílio do pai, que foi perguntar ao “secretário de um chefe político [...] se poderia incumbir-se de alistar mais um eleitor” (NAZÁRIO, 2009, p. 37) que se prontificou a esclarecer o processo. O que ele não esperava era que fosse uma mulher: “quando meu pai me apresentou como sendo o candidato, notei o grande espanto daquelle senhor” (idem, p. 37)<sup>6</sup>. Nessa hora, Diva relata que seus argumentos perante o secretário não pareciam suficiente para encaminhar seu pedido e, dessa forma, decide prosseguir sozinha, decisão corajosa que ela encara como “desventuras”, pois percorre inúmeros caminhos até ver seu pedido frustrado. Há surpresa em todos os órgãos que ela comparece. Consegue falar diretamente com o juiz:

Esse magistrado mandou que eu entrasse no seu gabinete onde, interrompendo os trabalhos, com urbanidade communicou-me que havia mandado registrar meu pedido, mas que eu devia aguardar o seu despacho por escripto, tendo elle de se manifestar especialmente sobre o assumpto” (idem, p. 37-38).

---

<sup>6</sup> Em todas as transcrições do livro de Nazário, ou da revista *A Cigarra*, manteve-se a grafia da época



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A simpatia e generosidade em recebê-la não significaram bons resultados. O despacho além de desfavorável ao alistamento, trouxe argumentos que reforçavam o papel da mulher: “a verdade é que prevalecem ainda, entre nós, considerações tradicionais das quaes se fez echo o Deputado Pedro Americo<sup>7</sup>, ao lembrar que a missão da mulher é mais domestica do que publica, mais moral do que política” (idem, p. 38), ou ainda a “concepção de uma creatura destinada a dividir harmonicamente com o homem as responsabilidades da vida em commum, Ella, na tranqüilidade do lar, cuidando da ordem domestica” (idem, p. 38).

Esse despacho foi publicado em quase todos os jornais da capital na época, informação trazida pela autora e reproduzida na terceira parte do seu livro. Durante a pesquisa (em andamento) na revista *A Cigarra* há algumas reportagens interessantes. Ao mesmo tempo em que trazia as cartas das leitoras sobre diferentes assuntos dentre eles a questão do feminismo trazia também crônicas, piadas e propagandas reforçando os ideais da mulher republicana, como podemos notar no texto abaixo:

Uma cousa que nos faz scismar: como é que as sufragistas proclamam ser o homem um tyranno, brutal, sem senso moral, sem nenhuma virtude, e, ao mesmo tempo, proclamam também, que, querem, em tudo, serem aguaes ao homem? (Revista *A Cigarra*, número 185, junho 1922).

Diva Nolf entrou com recurso. Ela corajosamente rebateu cada argumento do juiz, ora educadamente (quase se desculpendo), enaltecendo a figura do “notável homem de letras e julgador emérito” (idem, p. 39), mas afirmando que não teve a “iniciativa de um despacho inédito” (p. 39). Assim como o juiz havia organizado sua fala em dois pontos, ela também o faz: lado “philosophico e sentimental, e 2º lado legal e positivo” (p. 39). Muito estudada, a futura advogada consegue demonstrar, em argumentos avançados para os valores da época, que a mulher é merecedora de exercer o voto. Um dos argumentos é justamente a idéia de cidadão: ora, se a mulher está sujeita a todas as penalidades previstas em lei, não estaria também sujeita aos benefícios? Por que só quando se refere ao voto o cidadão passa a ser homem?

---

<sup>7</sup> Deputado eleito em 1890 junto ao Congresso Constituinte por Pernambuco, além de pintor, romancista e poeta. É famoso por seu quadro *Independência ou Morte*, mais conhecido como *O Grito do Ipiranga*, 1888.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Todos os dicionários estão accordes em dizer que um *cidadão é um habitante de um Estado livre*.

A mulher brasileira não será habitante de um Estado livre? Diz-se sempre: “todo o cidadão está sujeito às leis do seu paiz”.

A mulher brasileira não estará, por acaso, sujeita às leis do Brasil? Ser-lhe-á, por ventura, permitido *matar e roubar* sem incorrer nas penas estabelecidas para os homens? [...]

Porque se há de fazer exceção única e injusta quando se trata de eleitores? (NAZARIO, 2009, p. 41, grifo da autora)

Continua percorrendo semântica e legalmente o que significa ser cidadão. Dessa forma, busca criticar o juiz com base em sua própria fala. Não há justificativa, afirma na página seguinte, a não ser que as leis não sirvam para a mulher:

Si cidadão somente se refere ao *homem* e não á mulher, *accusados* também, e para conservar uma *natural e justa* coherencia, só se pode referir ao *homem*. Não haverá, pois, mais *garantia* para a *mulher* brasileira e nem poderá ella mais ser *accusadora*. Só lhe serão concedidas excepções em condições excepcionaes e quando o homem, guiado por sentimento de bondade, quizer fazer-lh’as (idem, p. 42, grifo da autora).

Para ela isso significa que a mulher se encontra em uma situação pior que a de escravos, afinal não há nenhuma garantia, fica à sua própria sorte (e aos “caprichos de um algoz”) (NAZÁRIO, 2009, p. 42).

Em suas conclusões ela rebate a idéia do juiz de que a mulher não pode votar, pois não defende a pátria. Nazário afirma que “em nossos dias [lembrando que a 1ª Guerra Mundial havia acabado há pouco tempo] uma guerra depende mais de uma geitosa e mesmo de uma manhosa diplomacia do que da força bruta” (p. 43), ou seja, a mulher pode sim lutar pela sua pátria. Negar sua participação política, seu direito de voto, é negar muitos outros direitos, pois as mulheres já estão trabalhando e, como ela diz – numa dura crítica ao juiz – não houve “inversão de papeis; pelo contrário, a moralidade de sua presença muito tem contribuído para o bom resultado dos trabalhos da Nação” (p. 44).

O recurso foi publicado na *Gazeta de Batataes*, números 820, 821 e 822, segundo informações de seu livro. A pesquisa tem como objeto analisar esse jornal para verificar se houve impactos nas reportagens ou cartas de leitores sobre esse intenso debate. Sabe-se que houve uma resposta do juiz, publicada por ela no seu livro, naturalmente desfavorável, reafirmando inclusive que “a expressão *cidadão brasileiro*,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

quando empregada nas *leis eleitoraes* (cumpre frisa-l-o) – exprime sempre o cidadão do sexo masculino” (NAZÁRIO, 2009, p. 46 grifo do juiz), o que levou a Junta de Recursos Eleitoraes do Estado de São Paulo a negar, novamente, o pedido. A autora conclui essa primeira parte com um desabafo sentimental, mas fortemente teórico e legítimo. Em nenhum momento a autora se distanciou da legislação, provando assim um conhecimento teórico provavelmente restrito às mulheres desse período, que sofreram um duro golpe nessa não-inclusão

E, como sempre, a mulher foi sacrificada nos seus direitos os mais sagrados da representação directa de sua pessoa na sociedade em que vive e de que é parte integrante.

Mas os tempos já mudaram; por isso uma reforma conveniente impõe-se honrosamente, imprescindivelmente (NAZÁRIO, 2009, p. 48).

Dessa forma, ela encerra a primeira parte de seu livro. Um livro que busca contribuir fortemente com a luta das mulheres. Na segunda parte, casos indiretos, ela traz o intenso debate sobre o voto feminino entre membros da constituinte. Reproduz as reuniões e seus pareceres. Essa segunda parte é importante para mostrar que as mulheres não aceitaram seu “destino natural”, seu papel de mãe.

Nazário elenca inúmeros exemplos de mulheres no mundo que estavam a frente da política. Segundo Besse (1999) as pressões das brasileiras em relação ao voto, foi tal que realizaram debates, seminários, e vários estudos, contando inclusive com a participação de mulheres de outros países, que também lutavam pela inclusão da mulher na vida pública<sup>8</sup>.

Nesse ponto, o livro da Diva traz esses debates de forma apaixonante. Ela reproduz alguns discursos e suas principais diretrizes. E busca publicar suas cartas de recurso e recusa do alistamento nos jornais de sua cidade. Na terceira parte do seu livro, em que fala sobre a imprensa da época, ela traz as reportagens que publicou, bem como outros temas que eram debatidos sobre o sufrágio feminino. Nesse trabalho, como foi dito, os jornais da época foram outra técnica de pesquisa. A *Gazeta de Batataes*, da época que Diva tentou sem alistamento eleitoral (em 1922) até a publicação de seu livro, em 1923, foi pesquisado para a realização desse trabalho, porém, fora aquilo que

---

<sup>8</sup> Entre elas a sufragista americana Carrie Chapman Catt, que veio ao Brasil e repartiu a tribuna com Diva Nolf Nazário, na época secretária-geral da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino (BESSE, 1999).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

foi trazido pela autora, pouca coisa foi encontrada, mostrando que o debate talvez não fosse tão bem visto pela cidade. O jornal elogiava muito Nazário, como a “distinta acadêmica”, “prezada conterrânea” e dizia do prazer em publicar suas cartas. Porém o debate ficava restrito à autora. Em novembro de 1922, portanto, próximo à Proclamação da República, vários autores escreveram aquilo que faltava ao país para melhorar a nossa república, e ninguém citou a “distinta”, ou falou sobre o voto feminino. Será que não se reconhecia como um fato falho da nação? Será que não era o foco principal? Ainda resta analisar muitos jornais para se concluir sobre o assunto, mas por enquanto parece que Diva Nolf esteve, em relação à sua cidade natal, solitária na vanguarda.

Além disso, essa segunda parte destaca também a discussão dos deputados em relação ao voto feminino. Tanto essa parte, quanto a terceira, ainda estão em estudo para a compreensão não apenas do imaginário da época, mas também suas conseqüências políticas, que acarretaram em conquistas, como disse nossa autora, irreversíveis.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos; 20).
- BESSE, Susan Kent. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BONACCHI, Gabriella, GROPPPI, Angela. (Org). *O dilema da cidadania*. Direitos e deveres das mulheres.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.
- BUTLER Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Trad. Rosa Aguiar.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CAMPOS, Raquel Discini. *A Princesa Do Sertão Na Modernidade Republicana*. Urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume, 2004
- CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: Educação e História*. São Paulo: editora UNESP, 2009
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914 No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000 (virando séculos).
- HARAWAY Donna. “Gênero”, para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos PAGU* (22), 2004; PP.201-246
- HELLER, Barbara. *Em busca de novos papéis*. Imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920). Tese de Doutorado, UNICAMP, 1997
- HELLER, Barbara. *Vossas filhas sabem ler?* Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 2001
- HIRATA Helena et alii. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: EDUNESP, 2009, 341 p. (tradução: Dictionnaire Critique du Féminisme, PARIS: PUF 2e. ed.augm.)
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Imprensa Feminina, Revista Feminina*. A imprensa feminina no Brasil. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 221-240, dez. 2007



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LOBO, Elisabeth Souza. Gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Humanas*, 6 (17):7-14, out. 1991.

NAZÁRIO, Diva Nolf. *Voto feminino & feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauro, SP: EDUSC, 2005

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, CERU, 1983

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. Emir Sader (org.) São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

SCHUBSKY, Cássio. *A heróica pancada: centro acadêmico XI de agosto: 100 anos de lutas*. Instituto Brasileiro de Memória Jurídica e Social, 2003

SCHUMAHER, Schuma (org.). *Dicionário de mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

SCOTT Joan. O enigma da Igualdade. *Rev. Estud. Fem.* vol.13, n.1, 2005. Scielo.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Educação: Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre:, IE/UFRGS, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

TABOADA, Gisele; NERY, João Elias; MARINHO, Maria Gabriela. *A revista da semana em perspectiva*. Trabalho apresentado ao NP 04 – Produção Editorial – no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.